

Corte de árvores tem nova norma

JB
15/4/99
301

■ Governo libera licenças mas reduz área de desmatamento para 1/5 da propriedade

PAULO MUSSOI

BRASÍLIA – O Ministério do Meio Ambiente volta hoje a autorizar o desmatamento na Amazônia, mas com limitações maiores do que as anteriores, acertadas em conjunto entre técnicos do governo e representantes dos principais desmatadores da região. As licenças estavam suspensas desde fevereiro, depois que o governo constatou um aumento de quase 30% na taxa de devastação da região, causada principalmente pelo excesso de cortes muito acima dos limites permitidos, praticados por fazendeiros e madeireiras que se beneficiavam da deficiência na fiscalização local.

Agora, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), responsável pelas autorizações, concederá licença imediata de desmatamento de até 20% das propriedades amazônicas com área inferior a 200 hectares. Anteriormente, a liberação permitia o corte de árvores em até 50% do terreno. Para propriedades maiores, a concessão só será permitida após fiscalização in loco de técnicos do instituto.

Instrução – Para retomar as autorizações, o ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, revogará a Instrução Normativa assinada dia 25 de fevereiro, que suspendia por 120 dias a concessão de licenças e determinava a revisão de todas as já concedidas. As novas condições para as concessões foram acertadas ao longo dos últimos dois meses, em rodadas de reuniões com os grupos desmatadores.

“Não posso dizer que foi uma vitória, mas só de conseguir entrar em acordo com os próprios desmatadores foi um grande passo para regularizar o processo de desmatamento”, disse Sarney Filho, que calcula como ilegais “pelo menos 80% dos desmatamentos na Amazônia”.

A ofensiva do governo para reduzir as taxas de desmatamento contará também com reforço na fiscalização. O ministério liberou este mês R\$ 7 milhões para a compra de helicópteros e outros equipamentos para serem usados pelos fiscais do Ibama. Um convênio com a Procuradoria Geral da República procurará acelerar a transformação das denúncias contra desmatadores em processos judiciais. O ministro pediu pressa, também, na regulamentação da lei de crimes ambientais, que aumentará multas e penas. E a Secretaria da Amazônia Legal, vinculada ao ministério, será transferida no mês que vem para Belém.

PPG7 – A pressa do governo em reduzir os índices de desmatamento conta com a pressão externa dos países que auxiliam o Brasil com doações para o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais (PPG7), que detectaram aumento na devastação nos últimos dois anos. Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), que faz o acompanhamento por satélite da região, apontaram um acréscimo de 27% nas taxas de desmatamento entre 1997 e 1998.

Em viagem à França, Sarney Filho negociou também com os financiadores do PPG7 uma proposta para a utilização de US\$ 150 milhões em cinco anos para programas de preservação da Mata Atlântica, cuja presença atual no país não passa de 7% da original. Entre os principais pontos da proposta, estão a transformação de 12 sítios da floresta – localizados entre o sul da Bahia e o Paraná – em Patrimônio Mundial Natural. “O PPG7 sempre priorizou a Amazônia, mas nossa cobertura florestal que necessita de preservação mais urgente é a Mata Atlântica”, disse Sarney Filho, para quem os países investidores “foram bem receptivos à proposta brasileira”.